

Os três candidatos que concorrem à sucessão do reitor Carlos Henrique de Brito Cruz opinam

A administração no centro do debate

Nesta segunda e última edição especial dedicada à escolha do novo reitor, os três candidatos que concorrem à sucessão expõem suas idéias sobre questões administrativas. O engenheiro mecânico Celso Arruda, o engenheiro de eletrônica Edson Moschim e o engenheiro de alimentos José Tadeu Jorge, por meio de oito questões formuladas pelo Jornal da Unicamp, opinam sobre os desafios administrativos do próximo quadriênio. Figuram na pauta do debate, entre outros temas, a consolidação da autonomia da Universidade, o planejamento estratégico, a avaliação institucional, a política de recursos humanos e o orçamento. O primeiro turno das eleições está marcado para os dias 16 e 17 deste mês.

Quais serão os grandes desafios administrativos da Unicamp nos próximos quatro anos?

Celso Arruda – Nossa proposta de trabalho se restringe a um ano de atuação na condição de reitor, porém não deixaremos de expor as dificuldades que possivelmente se apresentarão neste e nos próximos anos. Garantir a autonomia da Unicamp em todos os sentidos, e nas esferas federais e estaduais. Equacionar a situação macroeconômica da nossa receita para evitar o colapso financeiro que todos os gráficos desenham, e permitir maior e melhor desempenho em todas as áreas da Unicamp. Implementar os planos de ação contidos no programa ora em execução, que foi debatido, aprovado e eleito pela comunidade acadêmica. Não podemos correr o risco de, neste quarto ano de gestão, ficarem adormecidas as

mais difíceis realizações previstas para este período.

Edson Moschim – Na minha opinião, os pontos que deverão ser um desafio para a administração são: 1) avaliação do impacto que a futura reforma universitária, do atual governo federal, poderá ter na autonomia universitária das universidades paulistas. Ainda não sabemos como será esta reforma, pois temos até o final deste mês para contribuir, mas o engessamento derivado do anteprojeto atual, com relação à autonomia universitária, tem provocado certa inquietação na comunidade acadêmica; 2) avaliação do Plano Diretor para o desenvolvimento do Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, plano este que está sendo proposto pelo governo do Estado de São Paulo e que mexe realmente com a autonomia universitária das universidades paulistas

em vários níveis. Um documento sobre as diretrizes gerais para o plano de ação já se encontra disponível a todos; 3) outro desafio, particularmente para nós da Unicamp, será no campo financeiro, sobretudo no que diz respeito à questão do equacionamento da nossa atual cota-parte do ICMS com a folha de pagamento dos servidores ativos e aposentados.

A reforma tributária anunciada pelo governo federal poderá trazer um impacto – negativo ou positivo – na arrecadação do ICMS. Uma simulação feita pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) mostrou que o Estado de São Paulo perderá R\$ 1,63 bilhão de ICMS, pelo novo modelo de tributação das exportações, proposto pelo Ministério da Fazenda; e, finalmente, 4) a questão da previdência. Todas as vezes que nossos governantes mexem nessa ferida, triplica o número de professores aposentados num único golpe. Isso gera uma preocupação constante, porque temos que repor o quadro de professores e temos uma única folha de pagamento. Ainda bem que é única; caso contrário, qual o cenário que se descortina para os aposentados?

José Tadeu Jorge – Os desafios começam pelas prioridades acadêmicas, que num dado momento se transformam em questões administrativas, e continuam nos desafios intrinsecamente de gestão. Por exemplo, algumas de nossas prioridades passam pelo aprimoramento dos cursos de graduação e pela melhoria de sua infra-estrutura, pelo esforço por mais bolsas de pós-graduação, pelo estímulo às atividades de extensão, pela intensificação do vínculo

“É preciso equacionar a situação macroeconômica da nossa receita para evitar o colapso financeiro que todos os gráficos desenham, e permitir maior e melhor desempenho em todas as áreas da Unicamp. Implementar os planos de ação contidos no programa ora em execução, que foi debatido, aprovado e eleito pela comunidade acadêmica. Não podemos correr o risco de, neste quarto ano de gestão, ficarem adormecidas as mais difíceis realizações previstas para este período”

Celso Arruda

“Na questão da previdência, todas as vezes que nossos governantes mexem nessa ferida, triplica o número de professores aposentados num único golpe. Isso gera uma preocupação constante, porque temos que repor o quadro de professores e temos uma única folha de pagamento. Ainda bem que é única; caso contrário, qual o cenário que se descortina para os aposentados?”

Edson Moschim

“Algumas de nossas prioridades passam pelo aprimoramento dos cursos de graduação e pela melhoria de sua infra-estrutura, pelo esforço por mais bolsas de pós-graduação, pelo estímulo às atividades de extensão, pela intensificação do vínculo ensino-pesquisa, por uma política cultural mais integrada e pela implantação definitiva de nosso modelo de planejamento estratégico, em estreita relação com a avaliação institucional e com o processo de expansão da Universidade”

José Tadeu Jorge

ensino-pesquisa, por uma política cultural mais integrada e pela implantação definitiva de nosso modelo de planejamento estratégico, em estreita relação com a avaliação institucional e com o processo de expansão da Universidade. No plano puramente administrativo, eu diria que um grande e instigante desafio será o de planejar o orçamento estabelecendo e explicitando a relação entre avaliação, planejamento e expansão, com a necessária racionalização organizacional das operações administrativas e técnicas.

Como a sua administração vai enfrentar esses desafios?

Celso Arruda – Restaurando o ânimo na Unicamp, mantendo exatamente a mesma equipe de docentes nos cargos administrativos, exceção feita à coordenação do DGRH. Dentro do entendimento que tais docentes estão trabalhando para o sucesso da Unicamp. Valorizando a já consolidada estrutura administrativa e o alto grau de profissionalismo alcançado nesta Universidade. Utilizando para execução da plena gestão do programa ora em vigência, os meios e recursos administrativos gerenciais modernos e eficientes, alcançados nesse passado recente. Fortalecendo a autonomia ao buscar a transformação do decreto de vinculação orçamentária em lei estadual. Nessa mesma oportunidade, lutando pela justa correção do percentual destinado à Unicamp, face à baixa faixa etária do nosso quadro de servidores, docentes e não-docentes, à época do decreto da autonomia.

Edson Moschim – Primeiramente, precisamos estar atentos a esses movimentos. Com relação à



PRINCIPAIS PROPOSTAS DE CELSO ARRUDA

- Que atuemos, em conjunto com a USP e Unesp, na implantação de uma política salarial responsável, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos de negociação junto ao Governo do Estado, de modo a garantir a recuperação do poder aquisitivo e assegurar o funcionamento da Universidade
- Que continuemos buscando os recursos para a solução das questões previdenciárias, porém sem criar duas folhas de pagamento, visto que o dia em que existir tal duplicidade os aposentados sofrerão o impacto dessa cruel decisão
- Que a ação da reitoria continue respeitando a autonomia e a união de seus diferentes setores e valores individuais
- Que o diálogo seja mantido, que a ética, o compromisso com a verdade e o constante estímulo à participação na vida acadêmica continuem resultando no fortalecimento da relação da Reitoria com os órgãos colegiados, as entidades representativas, cada um dos órgãos da Universidade e com a comunidade externa
- Que a prestação de contas ao contribuinte, agente financiador da Unicamp, mantenha-se visível, e que continue a refletir não só a correção de uso do dinheiro público, mas também os benefícios ofertados à Nação
- Que todos os meios (recursos humanos, financeiros, físicos) mantenham-se absolutamente comprometidos e destinados aos fins (ensino, pesquisa e extensão) a que se propõe a Universidade
- Que a Unicamp continue o processo de ampliação de vagas requerida pela sociedade civil, com a implantação de novos cursos, ouvindo a comunidade acadêmica nas instâncias adequadas, e provendo previamente os recursos humanos e de infra-estrutura para o sucesso destes empreendimentos, por meio do aumento de seu percentual de participação no ICMS
- Que esta gestão busque, acima de tudo, ampliar para cada um dos que fazem parte da comunidade universitária o seu compromisso com os valores éticos essenciais ao fortalecimento da Nação brasileira, colocando o bem comum à frente dos interesses individuais.
- Que a solução de continuidade (mandato-tampão), permita, com a mesma equipe, buscar atender os compromissos fixados para este quadriênio

sobre autonomia universitária, planejamento estratégico, orçamento e avaliação institucional

reforma universitária federal, estaremos contribuindo para o texto final e colocando o exemplo das universidades públicas paulistas como um modelo de referência. Isto é possível fazer, sem cair na tentação de entrar na fogueira das vaidades. Temos cacife para isto.

Com relação à reforma estadual, se assim posso dizer, estamos já envolvidos com ela através de grupos de trabalho. Portanto, qualquer solução tomada passará pelos órgãos das universidades públicas paulistas. Com relação ao imposto ICMS, é preciso aguardar as novas regras e avaliar de fato seu impacto na cota-parte das universidades. E, finalmente, com relação à previdência, precisamos desenvolver mecanismos que nos possibilitem manter o equilíbrio entre a folha de pagamento e uma universidade gratuita e de qualidade.

José Tadeu Jorge – Os temas acadêmicos, longe de serem abstratos, exigem um grande esforço das unidades, das câmaras, do Consu e da administração central. Frequentemente requerem obras físicas novas, a remodelação de instalações, o reequipamento de laboratórios e de salas de aula etc. Temos um plano de obras em andamento e um planejamento estratégico cuja implantação é uma das grandes metas em perspectiva; outra será aperfeiçoar a qualificação orçamentária de acordo com critérios de qualidade. Para isso, implantar a gestão estratégica revendo a cada passo as estratégias e prioridades da Universidade é absolutamente essencial. Outras prioridades, algumas ditadas pelo cenário externo, vão exigir da administração uma grande atenção e muito empenho. Por exemplo, a constituição do fundo previdenciário do Estado é um capítulo da reforma da Previdência ainda não escrito. Como só os entes federados (União, estados e municípios) podem constituir fundos de pensão e aposentadoria, a perspectiva é de que as universidades públicas fiquem no âmbito dos fundos estaduais. A Unicamp estará muito presente nessa discussão e vai defender ali os interesses de nossa comunidade.

A autonomia foi uma conquista importante e parece haver consenso sobre a necessidade de preservá-la. Em sua opinião, a autonomia da Unicamp, assim como das demais universidades públicas paulistas, já está consolidada? Ela ainda corre riscos?

Celso Arruda – Sim, corre os riscos citados nas respostas anteriores. Ou seja,

vínculo político frágil, isso por se tratar de decreto governamental e não de uma lei, e compromisso de percentual de ICMS inferior à realidade atualmente praticada. Acrescido das dificuldades de se repor o quadro de servidores docentes e não-docentes face à baixa média da faixa etária na época do decreto da autonomia.

Edson Moschim – A Universidade Estadual de Campinas e as demais universidades estaduais paulistas conquistaram a autonomia de gestão e financeira a partir de 1989. Foi um ganho precioso. Foi também um risco. Não sabíamos como seria do futuro do Brasil. Hoje, passados quase 16 anos, constatamos que a opção foi acertada. Entretanto, foi preciso muita luta para nos convencermos disso. Esta é a diferença entre a autonomia das universidades públicas paulistas e a autonomia que o governo federal pretende implantar nas universidades públicas federais, através da reforma universitária. Como nossa autonomia foi adquirida com um trabalho árduo mas construtivo, tenho certeza de que sempre a prezaremos, lutando para consolidar cada vez mais essa conquista.

Acho que a autonomia das universidades públicas paulistas será consumada quando um docente desconhecido assumir a reitoria. Esse voto de confiança dado pela comunidade será a confirmação da autonomia universitária.

José Tadeu Jorge – O consenso em torno da autonomia existe não apenas nas universidades, mas também no governo e na própria sociedade. Os indicadores de qualidade demonstram o acerto da outorga da autonomia em 1989. Basta comparar os números daquele ano com os de 2004. Houve uma grande expansão em todos os indicadores, sobretudo os acadêmicos, com um notável aumento da produtividade. Por exemplo, os cursos de graduação saltaram de 34 para 57, os programas de pós-graduação de 73 para 120, o número de vagas na graduação dobrou desde então e o número de alunos matriculados na graduação e na pós praticamente triplicou. Entretanto, se a prática da autonomia financeira demonstrou estar consolidada, seu estatuto legal, não. Continua ainda na forma de um decreto, renovável ano a ano pela Assembléia Legislativa do Estado. Uma forte prioridade das estaduais segue sendo, portanto, a de defender a transformação desses decretos em dispositivo constitucional, para que a autonomia tenha garantias de durabilidade e não seja ameaçada por oscilações políticas mais adiante.

Continua na página 6



PRINCIPAIS PROPOSTAS DE JOSÉ TADEU JORGE

Fundamentos

- Defesa intransigente da autonomia universitária
- Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade
- Ações orientadas pelo valor acadêmico
- Respeito e garantia da institucionalidade
- Respeito à diversidade e às especificidades das várias áreas do conhecimento
- Forte envolvimento nas discussões sobre a reforma universitária

Gestão institucional

- Consolidação da relação entre avaliação, planejamento e expansão das atividades universitárias
- Política salarial fixada em critérios negociados e definidos
- Avançar no processo de qualificação do corpo de funcionários
- Implantação do processo avaliatório da carreira funcional
- Implantação de um sistema de gestão ambiental.

Ensino

- Compromisso com a qualidade do ensino e com a defesa da universidade pública e gratuita
- Aprimoramento dos indicadores de valorização da atividade docente
- Equilíbrio da expansão do ensino com a qualidade e sustentabilidade do conjunto de atividades da universidade
- Melhoria da infra-estrutura da graduação
- Continuidade do programa de ação afirmativa e inclusão social
- Definição de um projeto institucional de ensino a distância
- Novas modalidades de cursos na pós-graduação
- Maior vinculação institucional dos pós-doutores
- Manter a excelência do ensino médio da Unicamp

Geração e difusão do conhecimento

- Busca de novos recursos para a pesquisa e recuperação dos níveis de financiamento das fontes já existentes
- Intensificação do apoio institucional aos grupos de pesquisa
- Maior inserção institucional na discussão das políticas públicas e da pesquisa
- Fortalecimento da integração ensino/pesquisa
- Manter atualizada a coleção dos títulos correntes de periódicos
- Valorização da multidisciplinaridade e da diversidade como fontes do saber e do conhecimento

Relações com a sociedade

- Definição e implantação de uma política cultural
- Reivindicação de um modelo diferenciado de financiamento para os hospitais universitários
- Fortalecer a e aprofundar a difusão tecnológica através da Agência de Inovação
- Estimular projetos de extensão comunitária



PRINCIPAIS PROPOSTAS DE EDSON MOSCHIM

- Trabalhar com dedicação, humildade e firmeza para representar com dignidade a Unicamp
- Ajudar a Unicamp a ajudar o Brasil
- Evitar greves salariais e greves com apelo estudantil.
- Evitar tomar decisões com componentes corporativistas e políticas
- Executar as decisões do Conselho Universitário (Consu)
- Respeitar as Associações e Sindicatos da Unicamp
- Manter a Unicamp ecologicamente correta
- Fazer periodicamente visitas às unidades da Unicamp, colhendo informações e conselhos
- Ampliar os convênios com instituições educacionais brasileiras e internacionais e manter a Unicamp aberta a todos
- Zelar e representar com correção os interesses da Unicamp
- Criar um conselho de ética para analisar dúvidas de plágios e de ética
- Procurar manter salários compatíveis
- Criar um dia de confraternização para a comunidade da Unicamp (último dia do segundo semestre do ano letivo)
- Dar condições de trabalho a todos
- Ampliar o número de vagas e abrir novos cursos em função dos recursos disponíveis (financeiro e humano)
- Equacionar a questão de moradia para os estudantes
- Dar apoio total aos estudantes carentes e de grande potencial acadêmico
- Incentivar os funcionários a investir no seu potencial de trabalho
- Fazer uma consulta à comunidade sobre a questão de cotas de vagas de acesso aos cursos de graduação da Unicamp
- Incentivar e ampliar os convênios de pesquisa
- Divulgar entre os jovens aspirantes ao acesso universitário que ainda vale a pena investir em educação
- Operacionalizar o uso diário do cartão de identificação para as duas refeições (almoço e jantar)